

RUMO AO MODERNO PRÍNCIPE¹

Peter D. Thomas²

RESUMO: Desde as primeiras publicações dos *Cadernos do Cárcere* até hoje, se argumentou com frequência que a metáfora do moderno Príncipe deveria ser entendida meramente como um “código” para um Partido Comunista, concebido tanto em continuação com uma concepção de partido onde vigesse o centralismo democrático “leninista” quanto como uma alternativa “marxista ocidental” a ele, dependendo das predisposições particulares dos intérpretes. Este artigo esclarece as condições em que Gramsci construiu esta caracterização em sua obra.

Palavras-chave: Gramsci. Cadernos do Cárcere. Moderno Príncipe.

No começo de 1932, passados dois anos do início de seu projeto dos escritos carcerários, Gramsci escreveu aquelas que se tornariam algumas das mais famosas linhas dos *Cadernos do Cárcere*. “O moderno Príncipe”, afirmou,

o mito-Príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto. Só pode ser um organismo, um elemento social no qual tenha já começado a se tornar concreta uma vontade coletiva parcialmente reconhecida e afirmada na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico: é o partido político, a forma moderna na qual as vontades coletivas parciais, que tendem a se tornar totais e universais, encontram-se reunidas.³

É com base em citações como esta que, desde as primeiras publicações dos *Cadernos do Cárcere* até hoje, se argumentou com frequência que a metáfora do moderno Príncipe deveria ser entendida meramente como um “código” para um Partido Comunista, concebido tanto em continuação com uma concepção de partido onde vigesse o centralismo democrático “leninista” quanto como uma alternativa “marxista

¹ Traduzido do original em inglês por Leandro Galastri.

² Pesquisador australiano, radicado na Inglaterra.

³ Q8, §21, pp. 951-3 (janeiro-fevereiro 1932). As referências aos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci seguem o padrão estabelecido internacionalmente do número do Caderno (Q), número da nota (§), seguidos da página referente à edição crítica italiana. As datas das notas individuais seguem a cronologia estabelecida por Francioni 1984 e as revisões contidas no apêndice a Cospito 2011a.

ocidental” a ele, dependendo das predisposições particulares dos intérpretes.⁴ O moderno Príncipe também foi, às vezes, “decifrado” num sentido mais expandido, como descrição genérica do moderno partido político como tal, representando uma síntese distintiva das fontes normativas, motivacionais e executivas do ethos democrático que subscreve as modernas sociedades de massa.⁵ Mais recentemente, e de forma progressiva, se tem sugerido que o moderno Príncipe deveria ser entendido como representante de uma paradigmática encarnação da nova concepção de poder político que se consolidou no início do século XX: a saber, a noção de poder político como auto fundacional, em vez de legitimado pela tradição (moral ou institucional) ou consenso (subjetivo).⁶ É uma noção que vai da teoria de Weber da dominação carismática para sua formalização na noção schmittiana da decisão auto referencial, até às várias reproposições de uma “autonomia do político”, que continua a marcar fortemente nossa conjuntura teórica “pós 68”. Os *Cadernos do Cárcere*, segundo esta leitura, são adequadamente entendidos como um momento até aqui negligenciado nesta paradigmática tradição modernista. “*In the juvenescence of the year*” não vem o “*Christ the Tiger*” de Eliot⁷, mas o gramsciano moderno Príncipe: um *kairos* proletário.⁸

Estava claro para os primeiros leitores dos *Cadernos do Cárcere* que tais escritos, de fato, continham notas extensas sobre o partido político como protagonista necessário da vida política moderna – nada surpreendente, já que tinham sido escritos pelo líder de um partido político revolucionário. Em um estágio avançado de seu encarceramento, em 1933, Gramsci desenvolve uma nova teoria tripartite dos

⁴ Althusser, por exemplo, argumentou que o “moderno Príncipe de Gramsci é o partido proletário marxista-leninista” (Althusser 1999, p.13), de fato reproduzindo literalmente a interpretação “alegórica” da noção de moderno Príncipe (e dos *Cadernos do Cárcere* em geral) empregada pelos primeiros leitores de Gramsci no pós-guerra, às vezes desorientados pelo aparentemente novo, se não mesmo herético, vocabulário empregado nos escritos carcerários. Sobre a (frequentemente muito exagerada) tese das “palavras-código” em geral, e o obstáculo que ela coloca para a plena abordagem das características dinâmicas dos *Cadernos do Cárcere* como um tipo distinto de (não-) “texto”, ver Haug 2000 e Thomas 2009.

⁵ Sobre um argumento recente nessa direção, ver White e Ypi 2010.

⁶ Sobre o caráter distinto desta noção de poder político e a tradição que representa em relação à tradição da teoria política moderna, ver Mommsen 1989, particularmente pp. 20-21, e Farris 2013, particularmente pp. 197-201.

⁷ Referência ao poema *Gerontion*, de T.S. Eliot, publicado em 1920 (N.T.).

⁸ Para leituras representativas que apontam nesta direção, ver Kalyvas 2000 e Morfino 2009, particularmente p. 99. O encontro tardio de Negri com Gramsci foi inteiramente dominado por esta figura: “Que imagem formidável [do moderno Príncipe] é esta – a imagem de uma nova subjetividade que nasceu do nada de qualquer determinação ou destino pré-constituído e que pré-constituiu coletivamente cada determinação e destino!” (Negri 1999, p. 320).

“elementos fundamentais” requeridos para a existência de um partido político: “um elemento de massa”; um “elemento coesivo principal”; e um “elemento intermediário, que articula o primeiro elemento [massas] com o segundo [elemento coesivo] e mantém contato entre eles, não apenas fisicamente, mas também moral e intelectualmente”.⁹ Ele faz distinção entre centralismo burocrático e democrático, em uma polêmica contra não apenas o “programismo” anti-estalinista de Bordiga, mas também contra a própria consolidação da ortodoxia estalinista.¹⁰ Ele também aponta a natureza específica do tipo de liderança que deveria caracterizar um partido comunista, reduzindo progressivamente a distância entre lideranças e liderados, em uma relação de “pedagogia dialética”. É nesta dinâmica que encontramos as características específicas da teoria da hegemonia de Gramsci, traduzida em termos de uma teoria da organização política.

Tal é a riqueza das reflexões de Gramsci sobre organização política que se torna grande a tentação de sintetizar as diferentes notas de Gramsci sobre a arte e a ciência da política, espalhadas pelos *Cadernos do Cárcere*, em uma apresentação sistemática da figura do moderno Príncipe como um eufemismo mitológico para o partido político. Foi precisamente o que fizeram os primeiros editores de Gramsci, Felice Platone e Palmiro Togliatti, quando reuniram um volume especial de alguns dos escritos de Gramsci sobre Maquiavel e a política na edição temática do pós-guerra dos *Cadernos do Cárcere*. Publicado em 1949 como o quarto volume das notas de Gramsci a ser disponibilizado a um público mais amplo, foi intitulado *Notas sobre Maquiavel, Política e Estado Moderno* [*Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo stato moderno*]. O prefácio editorial estabeleceu uma relação explícita entre "os problemas do partido político da classe operária e da fundação de um Estado socialista" e "os problemas do ‘moderno Príncipe’”.¹¹ Além do mais, a ênfase particular da organização das notas neste volume, e talvez ainda mais em suas exclusões, estabeleceu as coordenadas para a recepção inicial de Gramsci na Itália e no exterior, e no mundo anglófono em particular. *The Modern Prince and Other Essays* foi o título da primeira apresentação dos escritos carcerários de Gramsci em inglês em 1957.¹² A seleção organizada por Platone e Togliatti também

⁹ Q14, §70, p. 1733 (fevereiro de 1933). Sobre a teoria do partido em Gramsci, ver Sassoon 1987, pp. 150-79.

¹⁰ Q13, §36, pp. 1632-5 (maio 1932-novembro 1933). O desenvolvimento do conceito gramsciano de centralismo foi extensamente estudado por Cospito 2011, pp. 228-244.

¹¹ Ver o prefácio editorial a Gramsci 1949, xix.

¹² Ver Gramsci 1957.

formou a base para a seção dedicada ao “moderno Príncipe” em *Selection from the Prison Notebooks*, a publicação mais responsável do que qualquer outra pela difusão internacional do pensamento de Gramsci.¹³ Assim, se criou a imagem de um Gramsci “político”, relacionado, porém distinto das muitas outras imagens de Gramsci que derivaram de interesses disciplinares distintos: um Gramsci “filosófico” croceano, um Gramsci “literário” Desanctiano, ao lado dos Gramsci cultural, sociológico e histórico. Essas primeiras apresentações temáticas também desempenharam o papel de estabelecer uma imagem daquilo que Gramsci não era. A exclusão de *Selections from the Prison Notebooks* de muitas das reflexões de Gramsci sobre teoria e história econômica, por exemplo, deu credibilidade ao velho mito de que Gramsci, supostamente um “marxista ocidental”, nunca teria se preocupado com esta dimensão central da *Weltanschauung* marxista – uma ideia não fundamentada que foi tão larga e amplamente difundida que um crescente número de estudiosos apenas recentemente conseguiu apartá-la parcialmente da imagem do Gramsci que “todo mundo já conhece”.¹⁴

O próprio Gramsci parece propor um projeto de sistematização de suas reflexões políticas, no Q4, §10 (escrito no verão de 1930), quando ele projeta um

livro que derivaria das doutrinas marxistas um sistema ordenado de política contemporânea como o *Príncipe*. O tema seria o partido político, em suas relações com as classes e o Estado: não o partido como categoria sociológica, mas o partido que busca fundar o Estado¹⁵.

Imediatamente, porém, ele observa que a característica distintiva de *O Príncipe* de Maquiavel, a qual qualquer versão moderna dele deve também incorporar, é sua forma dramática:

Seria o caso, então, não de compor um repertório orgânico de máximas políticas, mas de escrever um livro ‘dramático’ em certo sentido, um drama histórico em ação, no qual as máximas políticas seriam apresentadas como necessidades individualizadas e não como princípios científicos.¹⁶

¹³ Gramsci 1971, pp. 123-204.

¹⁴ Anderson 1976, em particular, foi influente na difusão desse julgamento. Para uma correção salutar, ver Krätke 2011. *Further Selections from Prison Notebooks* (Gramsci 1995), editado por Derek Boothman, disponibilizou um conjunto mais amplo de notas econômicas aos leitores anglófonos.

¹⁵ Q4, §10 p.432 (Verão 1930). Gramsci repete a identificação da “noção de ‘Príncipe’, traduzido em linguagem política moderna”, com o partido político em Q5, §127, p. 661-2 (novembro-dezembro 1930), onde ele também especifica que a fundação de tal “novo tipo de Estado” ocorre não sobre as bases do “direito constitucional, de tipo tradicional”, mas de acordo com um “sistema de princípios que afirmam como objetivo do Estado o seu próprio fim, seu próprio desaparecimento, isto é, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil”.

¹⁶ Q4, §10, p. 432 (Verão 1930).

Gramsci, o teórico da “filologia viva” [*filologia vivente*], mais tarde (no verão de 1932) sustenta que “o caráter fundamental de *O Príncipe* é que ele não é um tratado sistemático, mas um livro ‘vivo’, no qual ideologia política e ciência política estão fundidas na forma dramática do ‘mito’”.¹⁷ Ainda na mesma nota, ele argumenta que Maquiavel não recorreu a “pedantes classificações de princípios e critérios para um método de ação”. Em vez disso, representou este processo em termos das “qualidades, características, deveres e necessidades de uma pessoa concreta”.¹⁸

Reiteradamente, o antigo crítico de teatro e revolucionário profissional, Gramsci, enfatiza a forma dramática da *Darstellungweise* do dramaturgo e político Maquiavel.¹⁹ De fato, para Gramsci, esta parece ter sido a grande inovação de Maquiavel, muito mais importante do que a identificação de uma “autonomia” ou “especificidade” do “político”.²⁰ Maquiavel, segundo Gramsci, literalmente criou o moderno “manifesto político” no epílogo dramático de *O Príncipe*, em que o Príncipe, esta “fantasia concreta”, funde-se com o povo, cujas vidas dispersas e pulverizadas ele organiza em uma vontade coletiva.²¹ O “novo Príncipe” de Maquiavel, para Gramsci, não é o profeta que cria seu próprio povo, de acordo com uma leitura decisionista do pensamento de Maquiavel já em voga nas leituras fascistas dos anos 1920, que apenas se fortaleceu na medida em que o “longo século XX” continua a aprisionar as primeiras décadas do século XXI em suas sombras.²² Ao contrário, de acordo com a leitura gramsciana do

¹⁷ Q13, §1, p.1555 (maio 1932). Para o correspondente texto A, ver Q8, §21, p.951 (janeiro-fevereiro 1932). Sobre a noção de “filologia viva”, também desenvolvida em relação ao partido político como coletividade, ver Q7, §6, p. 857 (novembro de 1930); Q11, §25, p. 1430 (julho-agosto 1932).

¹⁸ Q13 §1, p. 1555 (maio de 1932).

¹⁹ A importância do teatro na formação cultural e política de Gramsci é frequentemente esquecida. Ainda em um período decisivo de seu desenvolvimento, ele foi crítico de teatro para o *Avanti!*, de 1915 a 1920, posteriormente reivindicando ter descoberto e ajudado a popularizar Pirandello, cujo teatro, de fato, constituía o terceiro tópico do primeiro plano de estudos na prisão, em uma carta a Tania de 19 de março de 1927 (Gramsci 1996, p. 56). A crítica de teatro de Gramsci desse período foi reunida em um substancial volume de 489 páginas (Gramsci 2010). De forma semelhante, a importância do drama no trabalho de Maquiavel em geral, e não apenas em suas comédias inovadoras, é muitas vezes negligenciada – espantosamente, mesmo em um trabalho tão claramente dramático como *O Príncipe*.

²⁰ Para as considerações críticas de Gramsci sobre a tese croceana de uma autonomia do político em Maquiavel, cf. Q4, §4, p.425 (maio 1930); Q4, §8, pp. 430-1 (maio 1930).

²¹ Q13, §1, p. 1556 (maio 1932).

²² Enquanto articulado em um envelhecido vocabulário moral ligado a noções de “religião civil”, “renovação moral” e até uma surpreendente concepção croceana de “religião da liberdade”, a atual ênfase de Viroli no Príncipe de Maquiavel (e de Gramsci) como um “redentor” não faz senão situar-se efetivamente nesta tradição. Sobre a “religião da liberdade” ver Viroli 2010, p. 286 e Viroli 2014, p. 141.

“novo Príncipe”, este equilíbrio delicadamente incorporado entre *virtù* e *fortuna* repentinamente surge como um “grito urgente, apaixonado”, no deserto de uma Itália escravizada no final da dramatização maquiaveliana das “qualidades, características, deveres e necessidades” do próprio povo, uma “febre”, ou mesmo “fanatismo da ação”, que retrospectivamente reorganiza toda a sequência narrativa precedente.²³

Eu gostaria de sugerir que a metáfora maquiaveliana do moderno Príncipe de Gramsci precisa ser entendida em sentido similar, a saber, não como uma apresentação sistemática, codificada numa série de máximas políticas diretas ou propostas organizacionais, que estão ou poderiam estar contidas em um caderno especial, e que poderiam ser apresentadas meramente como um eufemismo mítico – num sentido ilusório – para o conceito de partido político. Gramsci não tinha um projeto “menardiano” de tentar, quixotesicamente, “repetir” o texto renascentista de seu predecessor nas diferentes condições da crise plena da modernidade política representada pelo fascismo, com o Partido Comunista substituindo a figura do Príncipe. Ou seja, ele não estava tentando reescrever *O Príncipe* de acordo com a interpretação de uma tradição ainda poderosa que o vê como uma narrativa linear cumulativa exibindo várias partes componentes de uma figura já conhecida ou dada forma política (uma leitura que, de fato, reduz o livro de Maquiavel ao gênero *Specula principum* que o precedeu). Em vez disso, o projeto de Gramsci consistia no mais difícil (e talvez mais profundamente “menardiano”) projeto de “re-habitar” a dinâmica que ele vê como a característica distintiva que faz do texto de Maquiavel um gênero qualitativamente novo de escrita política. Por esta razão, o “moderno Príncipe” de Gramsci deve ser entendido não apenas como uma figura localizável ao lado de outras (o “intelectual orgânico”, o operário sujeito à disciplina fordista, o “subalterno”, etc.) na arquitetura geral dos Cadernos do Cárcere. Em vez disso, a transição do “novo Príncipe” de Maquiavel para o “moderno Príncipe” de Gramsci dá origem a um desenvolvimento dramático que se desdobra em todo o “próprio discurso” dos escritos carcerários de Gramsci, transformando alquimicamente as vidas dispersas e pulverizadas dos grupos sociais subalternos em um novo princípio e prática de organização social.²⁴

A distância entre os dois projetos sugeridos por Gramsci - entre o plano inicial para um tratado sobre uma doutrina ordenada e o posterior objetivo de apresentar o

²³ Q13, §1, p. 1555 (maio 1932).

²⁴ Q 13, §1, p. 1561 (maio 1932).

desenvolvimento de um livro "dramático" ou "vivente", um drama histórico em ação - marca uma mudança fundamental do terreno do projeto de pesquisa dos Cadernos do Cárcere. De um bestiário das formas bizarras de dominação burguesa nos primeiros cadernos, os cadernos posteriores tornam-se um laboratório para a experimentação em um novo princípio e prática de organização sociopolítica. O moderno Príncipe é o nome deste novo projeto de pesquisa, no qual Gramsci expande sua concepção do partido político para significar não apenas uma instituição, uma forma ou um sujeito, mas um processo de totalização da reforma moral e intelectual, ou uma "política de outro tipo".²⁵ Para entender os termos e a importância desse desenvolvimento, precisamos considerar o papel de Maquiavel no projeto geral de Gramsci, tanto antes da prisão como durante as diferentes fases de desenvolvimento dos Cadernos do Cárcere.

O interesse de Gramsci em Maquiavel já é notável durante seus anos de universidade, senão antes. Como observa Leonardo Paggi, Maquiavel não foi uma "metáfora ou analogia exterior, mas um ponto de referência concreto para [sua] inteira evolução política."²⁶ Enquanto funcionário do Comintern viajando por Berlim em 1922, encontrou seu antigo professor Umberto Cosmo, que o incitou a escrever o livro sobre Maquiavel que ele tanto esperava dele.²⁷ Mussolini estava prestes a escrever seu próprio "Prelúdio" ao Príncipe, assim como Lev Kamenev uma década mais tarde, uma "indiscrição" editorial usada contra ele pela acusação stalinista em seu julgamento em 1936.²⁸ Antes da prisão, Gramsci teve um entusiasmado interesse no debate então em curso na Itália e na Europa a respeito do retorno de liberais e fascistas ao Secretário Florentino, incluindo contribuições de Mosca, Ercoli, Russo e Croce, entre muitos outros.²⁹ Ele mesmo empreendeu um levantamento detalhado de estudos que surgiram na esteira das comemorações do quarto século da morte de Maquiavel, em junho de 1927, como ele mais tarde lembrou em uma carta a sua cunhada Tania.³⁰

²⁵ A referência é à caracterização de Lenin dos soviets como representando uma forma de "poder político de um tipo completamente diferente", em comparação com a democracia parlamentar constitucional. Ver Lenin 1964, Volume 24, p. 38.

²⁶ Paggi 1969, p. 834.

²⁷ Gramsci 1996, p. 399.

²⁸ Ver Mussolini 1979 e Kamenev 1962.

²⁹ Para um levantamento do debate italiano sobre Maquiavel nos anos 1920, ver Paggi 1969, 1970 e 1984, particularmente p. 404 e seguintes, e Fiorillo 2007.

³⁰ Ver Gramsci 1966, pp. 132-3.

É notável, por isso, que Maquiavel esteja ausente dos primeiros planos de trabalho de Gramsci, em suas cartas e no início de seu primeiro Caderno.³¹ Quando Maquiavel aparece nos primeiros Cadernos, em 1929-1930, é em grande parte uma figura historicamente importante nos primórdios da modernidade europeia e da formação do Estado italiano.³² Este foco tem levado alguns leitores - Lefort e Althusser entre eles - a ver a interpretação de Gramsci sobre Maquiavel como efetivamente uma continuação de mitos de unificação nacional do *Risorgimento*.³³ A razão de Gramsci para essa ênfase, no entanto, era que o debate sobre Maquiavel nos anos 1920 o havia deixado bem consciente dos riscos de uma leitura descontextualizada de um Maquiavel como um "homem para todas as estações": era justamente para domesticá-lo às ideias ideológicas contemporâneas, mais do que compreender a força histórica explosiva e "intempestiva" de seu pensamento, considerando-o na conjuntura específica da crise do Renascimento. É com base nessa "contextualização" que Gramsci começa então a enfatizar a importância de Maquiavel para uma genealogia da filosofia da práxis, nos Cadernos 4 e 5, em 1930-31.³⁴ Pela época do início do Caderno 8 em 1932, no entanto, esses interesses ainda em grande medida históricos começam a se consolidar em um novo projeto de pesquisa teórica.

Gramsci fornece o nome desse novo projeto de pesquisa no título da nota decisiva do Q8, §21, escrita em janeiro-fevereiro de 1932: “o moderno Príncipe”. “Sob este título podem ser reunidas todas as ideias de ciência política que podem estar em um trabalho de ciência política que seria concebido e organizado ao longo das linhas do Príncipe de Maquiavel”.³⁵ Ele especifica que

³¹ Ver carta a Tania em 19 de março de 1927 em Gramsci 1996, pp. 54-7 e temas anotados no começo do primeiro Caderno em 8 de fevereiro de 1929, Q1, p. 5.

³² Ver, p. ex., Q1, §44, p. 43-4 (fevereiro-março 1930); Q1, §150, p. 133 (fim de maio 1930); Q2, §41, p. 196-7 (início junho 1930); Q2, §60, p. 216 (agosto-setembro 1930); Q2, §116, p. 257-8 (outubro-novembro 1930).

³³ Elementos de tal leitura estão presentes em Lefort 1972 (p.224 em particular), o que pode ter levado Althusser também a superestimar, às vezes, o débito de Gramsci a essa tradição (“Maquiavel e Nós”, de Althusser, de fato inicia com uma homenagem ao estudo de Lefort, ver Althusser 1999, página 3). A ênfase de Althusser, depois, sobre a "solidão" de Maquiavel, e particularmente a noção de "acumulação política primitiva", no entanto, demonstra uma apreciação mais profunda da novidade da análise histórica de Gramsci (1999, p.10-11). Para abordagens críticas de interpretações de Maquiavel que surgiram do *Risorgimento*, ver Sartorello 2009 e Bianchi e Mussi 2013. Para um estudo da leitura de Althusser sobre Maquiavel, ver Lahtinen 2009.

³⁴ Ver, p. ex., Q4, §8, pp. 430-1 (maio 1930); Q5, §127, p. 657 (novembro-dezembro 1930). Para uma exploração das afinidades eletivas entre Maquiavel e Gramsci, ver Fontana 1993.

³⁵ Q 8, §21, p. 951 (janeiro-fevereiro 1932).

O *Príncipe* de Maquiavel poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do “mito” soreliano, isto é, de uma ideologia política que não é apresentada como fria utopia ou como doutrina racionalizada, mas como uma ‘fantasia’ concreta que atua sobre uma massa dispersa e pulverizada para despertar e organizar sua vontade coletiva. O caráter utópico do Príncipe vem do fato de que o “príncipe” não existia realmente historicamente e não aparecera diante do povo italiano numa forma historicamente imediata, mas era ele mesmo uma “abstração doutrinária”, o símbolo do líder genérico, do “condottiere ideal”. Pode-se estudar como Sorel nunca avançou do conceito de “mito” para a concepção do partido político...³⁶

Aqui, no início de 1932, a noção de “partido político” aparece a Gramsci como a maneira imediata de tornar o Príncipe compreensível para um público contemporâneo e, assim, o meio através do qual ele poderia ser “atualizado” no vocabulário do presente.

Esta situação é fundamentalmente transformada apenas alguns meses depois, em maio de 1932. Neste meio tempo, Gramsci iniciou seus chamados “Cadernos especiais”, nos quais transcreve, às vezes com emendas significativas, notas previamente escritas em cadernos anteriores, ao lado de novas notas.³⁷ Ele também leu e meditou profundamente sobre os *Prolegomeni a Machiavelli* de Luigi Russo, um exemplo notável de estética (pós) croceana que é tanto uma crítica não codificada da apropriação fascista de Maquiavel como uma profunda renovação da tradição de interpretação decorrente do *Risorgimento*.³⁸ O Caderno 13, intitulado “Notas sobre a política de Maquiavel”, abre com a nota que, substancialmente, reproduz o argumento esboçado havia apenas alguns meses no Q8, §21, embora o texto contínuo da nota anterior esteja aqui dividido em dez parágrafos ordenados.³⁹ Ele repete que

³⁶ Q 8, §21, p. 951 (janeiro–fevereiro 1932).

³⁷ Sobre as diferentes fases do trabalho de Gramsci, e sua organização em cadernos “especiais”, ver Francioni 2009 e 2016.

³⁸ A referência a Russo ocorre na primeira página de Q 13, § 1 (p.1555). Frosini 2013 reconstrói em detalhes o impacto decisivo da leitura de Gramsci do *Prolegomeni a Machiavelli* de Russo sobre o desenvolvimento da noção do moderno Príncipe, particularmente o argumento sugestivo de Russo sobre a arquitetura poética do Príncipe e o papel integral desempenhado pelo epílogo nela, que Gramsci estende e radicaliza (ver Russo 1931, p.32). O estudo de Frosini inclui também uma releitura fundamental da noção de mito de Gramsci e, em particular, as características que a tornam irreduzível a uma matriz puramente soreliana ou à sua continuação schmittiana.

³⁹ Compare-se os manuscritos de ambas as notas em Gramsci 2009, Volume 13, pp. 45-9 e Volume 14, pp. 165-8. Significativamente, o Q 13, § 1, começa diretamente por discutir o caráter fundamental do Príncipe como um livro “vivo”, dispensando assim a linha de abertura de Q 8, §21 que continuava a projetar um “trabalho de ciência política” concebido e organizado como o trabalho de Maquiavel, mas com o título de “moderno Príncipe”. É também notável que na versão manuscrita do Q 13, §1, ao contrário de Q 8, §21, a nota não é precedida pelo número de nota usual ou sinal de parágrafo, e poderia assim ser interpretada como uma introdução ao bloco de notas como um todo ou síntese dos seus principais temas e ordem de tratamento.

O caráter utópico do Príncipe vem do fato de que o "príncipe" realmente não existia historicamente e não apareceu diante do povo italiano numa forma historicamente imediata, mas era uma pura abstração doutrinária, o símbolo do líder, do condottiere ideal.

Em um desenvolvimento significativo da interpretação proposta apenas alguns meses antes, Gramsci tenta agora especificar o sentido exato em que *O Príncipe* constitui uma "fantasia concreta". Em fevereiro de 1932, Gramsci tinha definido *O Príncipe* como um livro "vivo" porque "antropomorficamente" representava o processo de formação de uma "vontade coletiva" numa "personalidade concreta", despertando paixão através do uso da "fantasia artística".⁴⁰ Em maio de 1932, no entanto, ele enfatiza não apenas o poder representativo do conteúdo d'*O Príncipe*, mas também o poder da reconfiguração retrospectiva que se encontra em sua forma distintamente dramática:

Com um movimento dramático de grande efeito, os elementos míticos, passionais contidos em todo o pequeno volume reúnem-se e tornam-se vivos na conclusão, na invocação de um príncipe "realmente existente". Durante todo o livro, Maquiavel discute como um príncipe deve ser para conduzir um povo a fundar um novo Estado; o argumento é desenvolvido com lógica rigorosa, com desprendimento científico. Na conclusão, Maquiavel se funde com o povo, torna-se o povo, não algum povo "genérico", mas o povo que ele, Maquiavel, convenceu pelo argumento anterior, o povo que ele se torna e de quem sente ser a consciência e expressão, com quem ele se identifica [*si sente medesimezza*].⁴¹ Parece agora que todo o argumento "lógico" não é outra coisa senão uma autorreflexão do povo, um raciocínio interior elaborado na consciência popular, que tem sua conclusão em um apaixonado e urgente grito. Paixão, de raciocínio sobre si mesma, torna-se mais uma vez "afeto", febre, fanatismo da ação. Eis porque o epílogo d'*O Príncipe* não é algo extrínseco, "imposto" de fora, retórico, mas deve ser explicado como elemento necessário da obra ou, melhor ainda, como aquele elemento que reverbera sua verdadeira luz [*reverbera la sua vera luce*] em toda a obra e faz dela algo similar a um "manifesto político".⁴²

⁴⁰ Q8, §21, p. 951 (janeiro-fevereiro 1932).

⁴¹ Frosini 2013 chama a atenção para o uso estratégico do raro termo *medesimezza*, um de apenas um punhado de ocorrências em todos os escritos de Gramsci (e um dos dois únicos em toda a sua produção carcerária).

⁴² A tradução oferecida desta passagem em Gramsci 1971 (p. 127) - "o elemento que dá a toda a obra a sua verdadeira cor" - não consegue captar a especificidade do raro verbo *riverberare*. Assim posto, atribui o *vera luce* a toda a obra propriamente dita (uma "cor verdadeira" anteriormente escondida, mas finalmente revelada pelo epílogo), mais do que especificamente ao epílogo (que projeta sua própria "luz verdadeira" sobre o restante anterior da obra). Anteriormente na mesma nota, Gramsci tinha escrito que "essa invocação apaixonada reflete [*si riflette*] sobre todo o livro" (Q13, §1, p. 1555). O manuscrito parece indicar que Gramsci hesitou na escolha dos verbos para a frase conclusiva neste parágrafo; ver Gramsci 2009, Volume 14, p. 165. A sutil mudança dos verbos pode revelar uma precisão conceitual significativa que é crucial para apreender as implicações da leitura gramsciana da conclusão d'*O Príncipe*: enquanto reflexão implica uma relação linear direta e passiva de sujeito-objeto, reverberação sugere um processo mais difuso e ativo, já que o epílogo "reverbera" de volta ou mesmo "projeta" sua verdadeira luz em todo o trabalho, não apenas revelando algo que já estava lá, mas ativamente transformando-o.

Aqui está a "pequena descoberta" de Gramsci nos estudos de Maquiavel, comparável à sua modesta contribuição anterior ao estudo de Dante.⁴³ Em sua leitura de Canto X do inferno, Gramsci tinha polemizado contra a distinção de Croce entre "poesia" e "estrutura" em sua estética em geral e suas críticas a Dante em particular ("estrutura" para Croce sendo entendida não simplesmente em sentido "arquitetônico" ou formal, mas sobretudo como o "não-poético", ou aquelas características formais e doutrinárias na Divina Comédia que não eram produtos de intuição pura e unificada).⁴⁴ Embora muitos críticos do Canto X se tenham concentrado no orgulhoso Farinata, Gramsci argumentou que, em vez disso, é Cavalcante que constitui o verdadeiro foco emocional do Canto, apesar de sua aparição muito breve. Quando Cavalcante, interpretando o uso de Dante da forma verbal no passado para significar que seu filho Guido está morto, cai de volta para o túmulo, o leitor vê "em ação [*in atto*] o tormento do condenado".⁴⁵ Dante, argumenta Gramsci, não "representa esse drama", mas "sugere ao leitor; ele dá ao leitor os elementos para reconstruir o drama, e esses elementos são dados pela estrutura". "A passagem estrutural", conclui então Gramsci, "não é apenas estrutura, [...] é também poesia, é um elemento necessário do drama que ocorreu".⁴⁶

Não é simplesmente a dramática "sugestão" de ação, no entanto, que constitui a dialética entre poesia e estrutura neste Canto. Como Gramsci argumenta nove meses depois, o verdadeiro significado do tormento de Cavalcante para a "poesia" do Canto não é imediatamente aparente com a descrição de sua ação, mas só se torna totalmente claro para o leitor retrospectivamente. É somente quando o "magnânimo" Farinata explica a Dante a natureza dos tormentos dos hereges neste círculo, condenados a ver o passado e o futuro, mas privados do conhecimento do presente, que a extensão total da angústia de Cavalcante pode ser entendida. "Farinata é reduzido à função estrutural de

⁴³ Gramsci refere-se à sua nova leitura de Canto X do Inferno como uma "pequena descoberta" em uma carta a Tania de 26 de agosto de 1929 (Gramsci 1996, p.280). Sua leitura do drama de Farinata e Cavalcante é elaborada em Q 4, §78-§87, pp. 516-30, escrito intermitentemente entre maio de 1930 e agosto de 1932. Curiosamente, a crítica de Luigi Russo também desempenhou um papel no desenvolvimento desta interpretação. Ver Rosengarten 1986. Angelo Rossi e Giuseppe Vacca (2007, particularmente pp. 38-46) avançam a hipótese de que a correspondência de Gramsci com Tania, Sraffa e seu antigo professor Cosmo também era, em parte, uma forma de comunicação "codificada" com Togliatti em relação a reação de Gramsci à política do Comintern do "Terceiro Período".

⁴⁴ Ver Croce 1921, particularmente, pp. 53-72.

⁴⁵ Q 4, §78, p. 517 (maio 1930).

⁴⁶ Q 4, §78, p. 518 (maio 1930).

'explicador', a fim de fazer o leitor penetrar no drama de Cavalcante".⁴⁷ O discurso de Farinata reorganiza, em um sentido importante, a sequência da narrativa; é somente depois de sua fala que o leitor pode "reviver" o drama "em ação" da queda de Cavalcante em silêncio e entender seu significado como a irrepresentável angústia do momento em que Cavalcante enfrenta concretamente a morte de seu filho, em um presente que ele não pode conhecer.

Assim como Gramsci se concentra nas dimensões dramáticas da "representação indireta" do Cavalcanti de Dante, também a leitura d'*O Príncipe* enfatiza o significado de sua "estrutura" para compreender sua "poesia". A conclusão d'*O príncipe* de fato "incompleta" a obra, porque o livro inteiro precisa ser lido novamente à luz do que revelam essas tocantes páginas finais. Visto sob esta ótica, *O Príncipe* constitui uma "fantasia concreta" porque a apaixonada defesa de Maquiavel no epílogo, de que teria chegado a hora da redenção da Itália da escravidão, da opressão e da dispersão, reage de volta sobre todo o argumento precedente.⁴⁸ As figuras do príncipe que Maquiavel explorou através do texto - Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu, Savonarola e Valentino - são reveladas como tendo sido apenas a autorreflexão do "povo" sobre suas próprias limitações e, fundamentalmente, capacidades potenciais.

Esta é uma inversão quase "brechtiana" da sequência aristotélica em que *anagnórisis* deve dar origem a *peripéteia*. Para Aristóteles, é o conhecimento que constitui a condição de possibilidade para a inversão da narrativa trágica, uma reconfiguração de seu fluxo temporal e organização interna que depende de um reconhecimento prévio do que não era conhecido antes.⁴⁹ Aqui, por sua vez, é um tipo de "inversão" (de perspectiva) que possibilita um "re-conhecimento" assustador, no sentido etimológico do termo, um repensar de tudo que fora previamente tomado como certo em sua aparente obviedade. No epílogo, o "povo" abordado pelo discurso de Maquiavel se dá conta de que durante todo o livro esteve apenas observando a si mesmo, ou seja, a encenação dramática de suas "qualidades, características deveres e necessidades". Apenas agora, no momento do quase *auto desvio* da narrativa, o povo pode reconhecer, ou repensar, aquelas capacidades como suas próprias. O epílogo d'*O*

⁴⁷ Q 4, §83, p. 524 (março 1931).

⁴⁸ Machiavelli 1961, pp. 80-1.

⁴⁹ "A mais refinada forma de descoberta é a acompanhada por inversão, como aquela que acompanha a descoberta em *Oedipus*" (Poetics 1452a, 31-3).

Príncipe, portanto, torna o livro um tipo de “manifesto político” porque representa – num sentido forte, “estrutural” – o próprio processo de libertação que o protagonista do livro tinha sido chamado a desempenhar. As pessoas descobriram que *O Príncipe* não fora uma simples descrição “doutrinária” ou “utópica”, mas a “fantasia concreta” de suas próprias capacidades realmente existentes, acima de tudo, para autolibertação e autogoverno.

A partir de maio de 1932, o “moderno Príncipe” torna-se mais do que uma rubrica sob a qual se reúnem as reflexões de Gramsci sobre a política, e a referência a Maquiavel algo mais do que um tópico entre outros.⁵⁰ Acima de tudo, a noção de um apaixonado apelo urgente reorganizando retrospectivamente uma sequência “lógica” precedente, da razão se tornando “afeto”, será fundamental tanto para o conteúdo quanto para a forma das notas posteriores de Gramsci. Embora o Caderno 13 (que Gramsci continuará escrevendo até o final de 1933 ou início de 1934), muitas vezes tenha parecido aos leitores como o Caderno no qual Gramsci se aproxima mais de seu plano para um livro sistemático sobre teoria política, essa tentativa de reorganização de sua pesquisa em algo parecido com a forma monográfica logo transborda em um número significativo de notas inteiramente novas sobre temas maquiavelianos em outros Cadernos (particularmente em Q14, 15, 17).⁵¹ De seu status marginal em Cadernos anteriores, Maquiavel torna-se um éter que permeia quase todas as notas de Gramsci, presente mesmo em sua ausência, se poderia dizer, das maneiras mais inesperadas. No início da primavera de 1932, por exemplo, ele pergunta a Sraffa, com quem discutiu teoria econômica regularmente por todo o tempo de sua prisão, questões sobre uma possível relação de Maquiavel com os fisiocratas.⁵²

Por que esta volta a Maquiavel, que excede seus próprios limites? Pelo menos duas razões me parecem decisivas: a primeira, uma razão que é “interna” ao desenvolvimento do texto do projeto dos Cadernos do Cárcere e, de fato, decisiva para

⁵⁰ O “moderno Príncipe”, na verdade, aparece apenas em seis notas ao longo dos Quaderni (Q 8, §21, pp. 951-3; Q 8, §37, pp. 964-5; Q 8, §48, p. 970; Q 8, §52, pp. 972-3; Q 8, §56, pp. 974-5; Q 13, §1, pp.1555-61). Todas foram escritas em 1932, e em Q13, §1 é a última aparição do termo, a despeito de Gramsci continuar escrevendo até 1935.

⁵¹ Ver, por exemplo, Q 14, §33, p. 1690 (janeiro de 1933); Q 17, §27, p. 1928 (final de 1933). Cospito e Francioni 2009, p. 154, fornecem uma visão geral da disseminação de Maquiavel ao longo dos cadernos “especiais” e posteriores “miscelâneos”.

⁵² Gramsci 1996, pp. 548-9 (14 de março de 1932); ver Q 8, §78, p. 985 (março de 1932). Para um estudo importante sobre o pensamento de Maquiavel em relação à história econômica florentina, que parte das percepções de Gramsci, ver Barthas 2011.

sua "refundação" neste período; o segundo, um motivo que é igualmente "interno" para a dinâmica do texto de Gramsci, mesmo que sua presença só possa ser reconstruída "sintomaticamente", como as questões a que Gramsci estava tentando responder: o contexto político que sobredeterminou seu projeto em todas as suas etapas.

Por um lado, o aprofundamento do engajamento de Gramsci sobre Maquiavel ocorre em um momento em que suas perspectivas de organização anteriores tinham atingido um impasse. Nas primeiras fases dos Cadernos do Cárcere, quando Maquiavel desempenhava um papel predominantemente histórico, e não teórico ou "dramático", Gramsci tinha se preocupado principalmente em analisar o surgimento das formas da modernidade política burguesa.⁵³ Esta linha de pesquisa está encapsulada em sua noção distintiva de "revolução passiva", um conceito que, às vezes, se pensou passar por um processo de "extensão excessiva" ou "alongamento" em três estágios distintos, mas que, ao contrário, é definido pelo desenvolvimento consistente de uma orientação fundamental.⁵⁴

É esse desenvolvimento que dá origem ao "moderno Príncipe" e a suas vidas posteriores, como o antídoto teórico e prático da revolução passiva.⁵⁵

Em seu primeiro caderno, no início de 1930, Gramsci parece apropriar-se do conceito de revolução passiva de Vincenzo Cuoco, o historiador da fracassada revolução napolitana de 1799, "estendendo-o" para além do período napoleônico para fornecer uma análise das características distintivas do *Risorgimento* italiano.⁵⁶ Na verdade, no entanto, essa "primeira" aparição da revolução passiva nos Cadernos do Cárcere é uma adição posterior e retrospectiva a uma nota que começa por discutir o

⁵³ Para uma ampla abordagem de Gramsci como teórico da modernidade política, ver Burgio 2002.

⁵⁴ Formulada pela primeira vez em novembro de 1930 (Q 4, § 57, página 504), a frase "revolução passiva" foi inserida posteriormente nas margens de notas cronologicamente anteriores: Q 1 § 44, p. 41 (de fevereiro-março de 1930) e Q 1 § <150>, p. 133 (a partir de finais de maio de 1930).

⁵⁵ Alex Callinicos (2010) argumentou que uma tendência de extensão exagerada (ou, seguindo Lakatos, "conceito-elástico") da revolução passiva, tanto nos próprios escritos de Gramsci quanto naqueles de estudiosos posteriores que tentaram desenvolvê-lo para a análise dos processos políticos contemporâneos, o leva a perder a precisão analítica. Essa noção de uma expansão progressiva dos conceitos de Gramsci e subsequente perda de clareza analítica está intimamente modelada na influente (para o marxismo anglófono) interpretação de Perry Anderson das transformações do conceito de hegemonia e "antinomias" de Gramsci; para uma refutação dos erros filológicos em que se baseou a leitura de Anderson, ver Francioni 1984. Enquanto Callinicos observa a inserção retrospectiva de Gramsci do termo "revolução passiva" em seu primeiro caderno (2010, pág. 493), sua genealogia do conceito, no entanto, ignora a extensão em que a revolução passiva foi pensada por Gramsci em um sentido "expandido" desde o início e, portanto, não estava sujeita a nenhum "alongamento" ao longo do desenvolvimento dos Cadernos do Cárcere.

⁵⁶ Q 1, § 44, pp. 40-54 (fevereiro-março de 1930). Ver Cuoco 1998, particularmente pp. 325-6.

Risorgimento, mas que se conclui, reveladoramente, com reflexões sobre o slogan "jacobino" da "Revolução Permanente".⁵⁷ Neste contexto, o termo "revolução passiva" fora usado para descrever o que Gramsci mais tarde chamará, no início de 1932, de "o fato histórico da ausência de iniciativa popular no desenvolvimento da história italiana".⁵⁸ Esta nota, em particular, destaca o papel dos moderados no *Risorgimento* em impedir ativamente a iniciativa popular em uma forma política organizada, ou a falta do "momento jacobino" radical-popular que distinguiu a experiência da Revolução Francesa. A formação do moderno Estado-nação italiano, segundo Gramsci, tinha sido uma "revolução sem revolução" ou, em outros termos, uma "conquista da realeza" e não um movimento popular.⁵⁹ Foi uma transformação das formas políticas empreendidas pelas elites, às vezes revestida da retórica dos movimentos revolucionários anteriores, mas sem o envolvimento extensivo das classes subalternas, que levou à colocação em questão das relações sociais e econômicas em transformações anteriores.

Cronologicamente, na primeira nota em que Gramsci se refere à revolução passiva, no entanto, o conceito já é usado em um sentido mais expansivo. Desde o início, Gramsci questiona se o conceito poderia ter um significado mais geral como critério de pesquisa histórica em períodos e países que não tiveram um ímpeto para a modernidade "a partir dos de baixo".⁶⁰ Neste sentido, a revolução passiva descreve o *Sonderweg* não tão excepcional para a modernidade tomado por outros Estados-nação europeus com experiências semelhantes às da Itália, caracterizadas por transformações das formas políticas de uma sociedade que, no entanto, falharam em colocar em questão seus conteúdos econômicos.⁶¹

⁵⁷ Q 1, § 44, p. 41 (fevereiro-março de 1930). Ver também Q 1, §150, p. 133 (final de maio de 1930). Tanto Gerratana como Francioni observam que "revolução passiva" é inserida nas margens dessas notas em uma data posterior, após a "primeira" aparição do conceito no Caderno 4 em novembro de 1930. Ver Gramsci 1975, p. 2479 (aparato crítico) e Gramsci 2009, Volume 1, p. 4. Uma datação mais precisa desta anotação não parece possível, embora seja interessante notar que a revolução passiva não é usada novamente em outras notas até o início de 1932, em Q 8, §25, p. 957, em que Gramsci relaciona a fórmula de Cuoco com Quinet e Gioberti.

⁵⁸ Q 8, §25, p. 957.

⁵⁹ Q 1, § 44, p. 40, p. 53. "Revolução sem revolução" foi a formulação original de Gramsci em Q 1, §44, posteriormente equiparada à "revolução passiva".

⁶⁰ Q 4, §57, p. 504.

⁶¹ "O conceito de revolução passiva parece-me preciso não só para a Itália, mas também para outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas a partir de guerras nacionais, sem passar por uma revolução política do tipo radical-jacobino" (Q 4, §57, pág. 504). Como argumenta Pasquale Voza, o "conceito de revolução passiva, nascido como uma reelaboração radical da expressão de Cuoco, é sempre postulado, mesmo quando se refere ao *Risorgimento*, como um conceito válido para

No início de 1932, Gramsci tira a conclusão lógica dessa linha de pesquisa: se a revolução passiva não se limita às peculiaridades de um "*misere italiano*", mas pode ter uma validade mais geral, pan-europeia ou mesmo global, o conceito pode ser usado para a análise de todo um período histórico: *grosso modo*, um período que ele caracteriza como a "Restauração" que se seguiu ao esgotamento das energias que haviam impulsionado a revolução francesa, começando em 1848 com a derrota ou "deformação" das revoltas europeias, mas se intensificando após a derrota da Comuna de Paris e se estendendo para sua própria contemporaneidade na forma do fascismo.⁶² Nesta versão, a revolução passiva tem o significado de pacificação e incorporação da natureza assumida pela hegemonia burguesa na época do imperialismo, particularmente nos seus países de origem ocidental, mas com efeitos determinantes na periferia colonial. "Revolução" aqui se refere ainda à capacidade da classe dominante para obter ganhos históricos substantivos e reais, produzindo transformações sociais reais que poderiam ser compreendidas, formalmente pelo menos, como progressivas; "passiva" continua a denotar a tentativa de produzir essas transformações sem o envolvimento extensivo das classes subalternas como classes, mas por meio da absorção molecular de suas lideranças principais em um projeto hegemônico já estabelecido (um processo que Gramsci descreve como "transformismo").⁶³ No entanto, "revolução passiva", como conceito, parece ter sido assumida numa significação mais geral, como uma "lógica" de um tipo particular de "modernização por cima". Em certo sentido, o conceito quase se tornou sinônimo de modernidade como tal, que agora é vista como um melancólico conto em que a massa da humanidade é reduzida a mera espectadora de uma história que "progride" sem o seu envolvimento ativo; uma racionalizada e burocrática "gaiola de ferro" weberiana.

As leituras que param aqui não observam que é precisamente neste momento, no início de 1932, quando Gramsci está refletindo mais criticamente sobre os pressupostos da revolução passiva, que ele se volta intensamente para o Secretário Florentino. Reveladoramente é em uma série de notas intituladas "Maquiavel" que Gramsci explora

significar e interpretar o modo de formação dos Estados modernos na Europa continental do século XIX" (Voza 2004, p. 195).

⁶² Q 8, §236, p. 1089 (abril 1932); Q 10I, §9, p. 1228 (abril-maio 1932).

⁶³ Ver Q 8, §36, p. 962 (fevereiro 1932).

os "limites" da revolução passiva como processo histórico e conceito teórico.⁶⁴ Assim, no início de 1933, ele argumenta que o conceito de revolução passiva precisa ser "limpo de todo traço de fatalismo".⁶⁵ O conceito de revolução passiva só pode ter um sentido político concreto se "assumir, ou postular, como necessária, uma antítese vigorosa", que de forma autônoma e intransigente coloque todas as suas forças em movimento.⁶⁶ A exploração das condições de desenvolvimento de tal "antítese vigorosa" constitui o foco do trabalho de Gramsci no restante dos Cadernos do Cárcere, em particular nos "Cadernos especiais". É o "moderno Príncipe" - ou talvez ainda mais, o próprio Maquiavel - que fornece a Gramsci um nome para este novo projeto, constituindo uma forma sintética para a qual sua pesquisa anterior flui e na qual ela é transformada.

O segundo motivo para a irrupção deste "momento maquiavélico" nos Cadernos do Cárcere coincide com o aprofundamento do apelo de Gramsci para uma *Costituente* de forças antifascistas. Isso já havia sido um tema significativo em seu pensamento desde pelo menos os famosos colóquios carcerários com outros prisioneiros do partido em 1930; esta permanece, em minha opinião, a perspectiva política central ao longo e além dos Cadernos do Cárcere.⁶⁷ Não era simplesmente uma reproposição da Assembleia Republicana de 1924-26, ou uma sugestão da possibilidade de uma Assembleia Constituinte pós-fascista, como mais tarde ocorreu na fase pré-constitucional do que se tornou a República Italiana do pós-guerra. Ambas permanecem focadas em uma estratégia de transição, em uma concepção periodizante de estágios de desenvolvimento político. Em vez disso, Gramsci estava defendendo um processo mais profundo de unificação das forças antifascistas já dentro e contra o regime fascista, como uma forma imediata de luta política. Fundamentalmente, em face da loucura sectária e da política suicida do "Terceiro Período", foi um argumento para a reativação da política da Frente Única, fundada em uma memória ativa dos debates decisivos nos

⁶⁴ Ver, em particular, as seguintes notas, todas intituladas 'Machiavelli': Q 15, § 11, p. 1766 (março-abril de 1933); Q 15, § 15, p. 1772 (abril-maio de 1933); Q 15, § 17, p. 1774 (abril-maio de 1933); Q 15, § 25, p. 178 (maio de 1933).

⁶⁵ Q 15, §17, pp. 1774-5 (abril-maio de 1933). Significativamente, esse argumento está diretamente relacionado à nova interpretação de Gramsci do "Prefácio" de 1959 de Marx, um texto sobre o qual muitas vezes se pensou que autorizava uma compreensão fortemente determinista das reações entre base e superestrutura.

⁶⁶ Q15, §62, p. 1827 (junho-julho 1933).

⁶⁷ Para uma abordagem em primeira mão dessas discussões, ver Athos Lisa 1973. Vacca 2012 analisa criticamente a historiografia tradicional sobre este tema e fornece uma síntese da mais recente pesquisa documental e arquivística.

quais Gramsci havia participado em Moscou 1922-23, e a tentativa de implementação do que marcou seu próprio período como chefe do Partido Comunista Italiano. “Mais escravizados do que os hebreus, mais oprimidos do que os persas, mais dispersos do que os atenienses; sem líderes, sem lei, esmagados, despojados, rasgados, invadidos”:⁶⁸ apenas um processo constitutivo completo e não a chegada de algum redentor singular poderia libertar os italianos do jugo fascista bárbaro. Quais poderiam ser as formas de tal processo de constituição da luta política?

Minha tese é que o desenvolvimento da figura do moderno Príncipe foi uma fase decisiva na tentativa de Gramsci de responder a esse desafio. Mas esta resposta é elaborada não apenas na figura do moderno Príncipe, ou apenas nas notas que explicitamente citam Maquiavel, ou mesmo nas notas em que Gramsci discute o partido político ou a organização política. Em vez disso, como um "livro vivo", ele é desenvolvido acima de tudo, de forma prática, nos 21 Cadernos (ou seja, a maioria dos 29 Cadernos do Cárcere) que Gramsci compila a partir da primavera de 1932, incluindo tanto cadernos de textos reescritos quanto de textos novos.⁶⁹ Em particular, os "Cadernos especiais" (Q 10-13, 16, 18-29) são a verdadeira "criação de uma fantasia concreta", ou o moderno Príncipe “em ação”. A forma desses cadernos de notas posteriores frequentemente foi interpretada pelos leitores mais atentos como sinais do esgotamento de Gramsci, transformando suas "incompletudes" normais em um princípio estruturante, enquanto ele tentava organizar fragmentos na luta contra sua iminente ruína física.⁷⁰ Pode mesmo parecer que, muitas vezes, essas notas não falam de organização política, mas sim de temas culturais, socioeconômicos ou históricos (por exemplo, cultura, *Risorgimento*, ação católica, literatura popular, crítica literária, jornalismo, folclore, fordismo, desenvolvimento de grupos sociais subalternos e linguística histórica). No entanto, longe de uma efetiva retirada da política, esses Cadernos especiais precisam ser entendidos como um processo de elaboração das formas possíveis de um aparelho hegemônico proletário, isto é, a realização do reconhecimento rigoroso do entrelaçamento dos terrenos nacional e internacional que Lênin recomendou aos comunistas ocidentais nos debates sobre a Frente Única no início da década de 1920.

⁶⁸ Machiavelli 1961, p. 81.

⁶⁹ Sobre as datas de composição dos cadernos especiais, ver Cospito 2011a.

⁷⁰ Sobre a "incompletude" constitutiva e produtiva dos Cadernos do Cárcere, ver Gerratana 1997.

Em conjunto, eu argumentaria que esses Cadernos especiais constituem um articulado "mapa cognitivo" dos muitos "terrenos" diferentes do moderno Príncipe. Para além da diversidade e riqueza dos temas nesses Cadernos, Gramsci compõe lentamente um esboço, ou muitos esboços, das formas de prática popular e organização que poderiam constituir uma política "de outro tipo", um antídoto para a política da revolução passiva. Assim como a conclusão do texto de Maquiavel redefine retrospectivamente a sequência lógica que levou a ela, a arquitetura dos Cadernos do Cárcere se dobra de volta sobre si mesma, já que as linhas de pesquisa nos Cadernos anteriores são "reorganizadas" no contexto dessa refundação do projeto político-teórico de Gramsci. Longe de meras transcrições, a reorganização de Gramsci de suas notas anteriores nos Cadernos especiais transforma fundamentalmente seu significado, mesmo e especialmente quando sua forma externa pode parecer apenas "repetir", com revisões maiores ou menores, o conteúdo das notas anteriores. A luz do moderno Príncipe "reverbera" de volta por elas, como as formas da subalternidade abjeta induzidas pelo projeto hegemônico burguês que foram analisadas nos Cadernos anteriores são redimensionadas para as formas apaixonadas da autolibertação potencial dos grupos sociais subalternos. Este é o discurso dramático que conclui - ou melhor, "incompleta" - os Cadernos do Cárcere: "um apelo apaixonado e urgente".

Esta fase de pesquisa "além do moderno Príncipe" também dá origem a uma expansão do conceito gramsciano do partido político, ou, mais precisamente, do tipo de forma-partido que seria capaz de derrotar a revolução passiva da própria modernidade política burguesa.⁷¹ O movimento desde a formulação da figura do moderno Príncipe em 1932 até a teorização do partido político em 1933 não representa simplesmente a continuação da defesa de Gramsci, desde antes da sua prisão, do "centralismo democrático" como um vínculo orgânico entre líderes e seguidores. Em vez disso, sinaliza uma extensão da concepção gramsciana de partido político, de uma instância singular de "condensação política" em meio a uma multiplicidade de interesses sociais, para se tornar um totalizante processo político, social e, finalmente, ético, que aniquila progressivamente qualquer distinção hierárquica entre eles. A forma-partido que Gramsci tenta delinear nestas notas posteriores não pode ser, assim, limitada a qualquer uma das figuras habituais através das quais o pensamento político moderno concebeu tradicionalmente um "corpo político composto", seja como instituição, forma ou sujeito.

⁷¹ A nota central neste desenvolvimento é o já citado Q 14, §70, p. 1733 (fevereiro de 1933).

O moderno Príncipe elaborado em uma nova forma-partido não representa um tipo de organização de Estado nascente, confinada no paradigma do constitucionalismo segundo o qual o partido funciona como uma instância de organização "política" discreta assediada por todos os lados pela anarquia do "social" associativo. Em vez disso, o “moderno Príncipe”

à medida que se desenvolve, revoluciona todo o sistema de relações intelectuais e morais [...], o Príncipe toma o lugar da divindade ou o imperativo categórico e torna-se a base para um laicismo moderno e para uma completa laicização de todos os aspectos da vida e de todas as relações habituais.⁷²

Longe de ser um mero aparelho institucional, o moderno Príncipe é concebido muito mais como um processo totalizador de reforma e refundação da civilização. Da mesma forma, este partido "de outro tipo" não é uma forma dada e fixa, mas deve constitutivamente exceder-se para ser ele mesmo. Significa dizer que o moderno Príncipe, concebido como forma-partido, representa apenas a ponta do iceberg de um processo mais amplo de ativação política coletiva das classes populares em toda a sociedade, em todas as suas instâncias de deliberação e tomada de decisão. Por esta razão, a proposta do moderno Príncipe não pode ser reduzida ao tipo de formalismo político que dominou a modernidade política, de Hobbes a Rousseau e além, em que uma determinada forma política chega "de fora" para dominar o seu (agora) subalterno conteúdo social. Em vez disso, o moderno Príncipe é uma forma que é meramente a expressão de um conteúdo que o excede constitutivamente.

Finalmente, a consolidação deste processo em um partido de novo tipo não pode ser entendida como a formação de um "sujeito político", como um centro unificado de intenção e iniciativa, ou um "instrumento" ou "máquina", na famosa frase de Weber em *Política como Vocação*.⁷³ O moderno Príncipe não é um Leviatã comunista, ou uma *vontade geral* marxista. Não significa uma forma organizacional em que a unidade e a estabilidade dominem a diferença e o conflito, que só podem aparecer como dimensão pré-política, como o caos social que a política (Estado) deve organizar, de forma transcendental. Em vez disso, é uma condensação sempre provisória de relações de força que modificam continuamente a composição do moderno Príncipe como um

⁷² *Q* 13, §1, p. 1561 (maio 1932).

⁷³ Weber 1994, p. 339.

organismo coletivo e como um processo revolucionário expansivo em movimento. Sem uma unidade fechada em si mesma, o moderno Príncipe é concebido como um "terreno", ou mesmo como um "imperativo categórico", o "organizador [de uma vontade coletiva nacional popular] e expressão simultaneamente ativa e efetiva" da mesma.⁷⁴

O moderno Príncipe como partido político, o organismo coletivo que se funde com seu "povo", representa simultaneamente o ponto de partida e a conclusão desse processo da "concentração sem precedentes de hegemonia" que Gramsci havia indicado como objetivo de uma ofensiva guerra de posição contra a lógica da revolução passiva.⁷⁵ Representa uma síntese organizacional ativa de vários níveis e instâncias das lutas dos grupos sociais subalternos, na formulação criativa de Gramsci, ou as classes trabalhadoras no sentido mais amplo (isto é, todos aqueles excluídos da atual distribuição de poder - os sofrendores da injustiça e os oprimidos, na terminologia de Lênin, ou o que Rancière chama de "parte dos sem-parte"). O moderno Príncipe era uma proposta para a recomposição política das classes trabalhadoras italianas dizimadas, dentro e por meio do que poderíamos chamar, usando o vocabulário da antiga tradição obreirista italiana, de um "partido composicional", que integra os momentos do partido de massas, como representação ou expressão da classe, com a ênfase vanguardista na liderança, como resultado necessário de e solução potencial para a desigualdade e as contradições da estratificação capitalista dos grupos sociais subalternos. Como encarnação institucional da especificidade da hegemonia ou da liderança, como o que Badaloni chamou afortunadamente de um método de "trabalho político", o moderno Príncipe representa um processo constituidor da recomposição politicamente sobredeterminada das classes subalternas. Nesse sentido, o moderno Príncipe deveria ser devidamente situado na tradição da "Revolução em Permanência" invocada por Marx depois de 1848 como base para uma política autônoma da classe trabalhadora e continuamente lembrada por Gramsci como a formulação original da política hegemônica; ou, para usar os termos das reflexões posteriores de Marx sobre a Comuna

⁷⁴ Q 13, §1, p. 1561 (maio 1932).

⁷⁵ Q 6, §138, p. 802 (agosto 1931).

de Paris, a forma política expansiva finalmente encontrada para elaborar a emancipação dos grupos sociais subalternos.⁷⁶

O desenvolvimento da figura do moderno Príncipe e suas consequências organizacionais foram as recomendações finais de Gramsci para a criação de uma nova Frente Única em seu próprio tempo. Eu sugeriria que essa metáfora maquiaveliana, e particularmente o método de seu desenvolvimento dramático, poderia ser reestruturada hoje como um vocabulário prefigurativo para entender e contribuir com os movimentos de nosso próprio tempo. Pois, após o sono da razão na longa época da contrarrevolução neoliberal, as revoltas e revoluções do início do século XXI apresentaram uma questão fundamentalmente gramsciana: como é possível coordenar a diversidade de interesses de nossos povos plurais, pulverizados e dispersos em uma força hegemônica que seja capaz não simplesmente de resistir à ordem atual, mas de iniciar um processo constitutivo, uma construção de uma ordem socialista nas formas de luta já em andamento? Uma das maneiras de procurar uma resposta a este desafio teórico e prático pode ser experimentar a técnica maquiaveliana de Gramsci da performance dramática das "qualidades, características, deveres e necessidades" dos próprios povos, em que o Príncipe e os povos, a forma e o conteúdo, conhecendo e sentindo, se fundem em uma forma ou decisão que não pode ser outra senão aquela de sua própria expansão coletiva totalizante.

REFERÊNCIAS:

Althusser, Louis. *Machiavelli and Us*. Translated by Gregory Elliott. London: Verso, 1999.

Anderson, Perry. 'The Antinomies of Antonio Gramsci'. *New Left Review* I 100 (1976): 5–78.

Aristotle. *Poetics*. In *The Complete Works of Aristotle*. Edited by Jonathan Barnes. Princeton: Princeton University Press, 1984.

Badaloni, Nicola. *Per il comunismo. Questioni di teoria*. Turin: Einaudi, 1972.

Barthas, Jérémie. *L'argent n'est pas le nerf de la guerre. Essai sur une prétendue erreur de Machiavel*. Rome: École française de Rome, 2011.

⁷⁶ Sobre a noção de "atualização" da "Revolução em Permanência" no conceito de hegemonia, veja Q 10 I, §12, p. 1235 (abril-maio de 1932) e Q 13, §7, p. 1566 (maio de 1932 a novembro de 1933).

Bianchi, Alvaro and Daniela Mussi. 'Il Principe e seus contratempos: De Sanctis, Croce e Gramsci', *Revista Brasileira de Ciência Política* 12 (2013): 11-42.

Burgio, Alberto. *Gramsci storico. Una lettura dei 'Quaderni del carcere'*. Rome-Bari: Laterza, 2002.

Callinicos, Alex. 'The Limits of Passive Revolution', *Capital and Class* 34:3 (2010): 491-507.

Cospito, Giuseppe and Gianni Francioni. 'Nota introduttiva a Quaderno 13 (1932-1933)', in *Quaderni del carcere. Edizione anastatica dei manoscritti*, volume 14, edited by Gianni Francioni, Roma-Cagliari: Biblioteca Treccani/L'Unione sarda, 2009.

Cospito, Giuseppe. *Il ritmo del pensiero. Per una lettura diacronica dei 'Quaderni del carcere' di Gramsci*. Naples: Bibliopolis, 2011.

Cospito, Giuseppe. 'Verso l'edizione critica e integrale dei «Quaderni del carcere»', *Studi storici*, LII:4 (2011a): 896-904.

Croce, Benedetto. *La poesia di Dante*. Bari: Laterza, 1921.

Cuoco, Vincenzo. *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. Edited by A. De Francesco, Bari: Lacaíta, 1998 [1799].

Farris, Sara R. *Max Weber's Theory of Personality. Individuation. Politics and Orientalism in the Sociology of Religion*. Leiden: Brill, 2013.

Fiorillo, Michele. 'Dalla machiavellistica "elitista" al moderno Principe "democratico"'. In *Gramsci nel suo tempo*. Edited by Francesco Giasi, Carocci: Rome, 2008.

Fontana, Benedetto. *Hegemony and Power: On the Relation between Gramsci and Machiavelli*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

Francioni, Gianni. *L'officina gramsciana. Ipotesi sulla struttura dei 'Quaderni del carcere'*. Naples: Bibliopolis, 1984.

Francioni, Gianni. 'Come lavorava Gramsci'. *Quaderni del carcere. Edizione anastatica dei manoscritti*, volume 1. Edited by Gianni Francioni, Rome-Cagliari: Biblioteca Treccani-L'Unione sarda, 2009.

Francioni, Gianni. 'Un labirinto di carta (Introduzione alla filologia gramsciana)', *International Gramsci Journal*, 2:1 (2016): 7-48.

Frosini, Fabio. 'Luigi Russo e Georges Sorel: sulla genesi del "moderno Principe" nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci'. *Studi storici* LIV:3 (2013): 545-89.

Gerratana, Valentino. *Gramsci. Problemi di metodo*. Rome: Editori Riuniti, 1997.

Antonio Gramsci. *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo stato modern*. Turin: Einaudi, 1949.

Gramsci, Antonio. *The Modern Prince and Other Essays*. Edited by Louis Marks, London: Lawrence and Wishart, 1957.

Gramsci, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. Edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell-Smith. New York: International Publishers, 1971.

Gramsci, Antonio. *Quaderni del carcere (Q)*. Edited by Valentino Gerratana, Turin: Einaudi, 1975.

Gramsci, Antonio. *Further Selections from the Prison Notebooks*. Translated and edited by Derek Boothman. London: Lawrence and Wishart, 1995.

Gramsci, Antonio. *Lettere dal carcere 1926-1937*. Edited by Antonio Santucci, Palermo: Sellerio, 1996.

Gramsci, Antonio. *Quaderni del carcere. Edizione anastatica dei manoscritti*, 18 volumes. Edited by Gianni Francioni. Rome-Cagliari: Biblioteca Treccani-L'Unione sarda, 2009.

Gramsci, Antonio. *Cronache teatrali 1915-1920*. Edited by G. Davico Bonino. Turin: Nino Aragno Editore, 2010.

Haug, Wolfgang Fritz. 'Gramsci's "Philosophy of Praxis. Camouflage or Refoundation of Marxist Thought?" *Socialism and Democracy* 14:1 (2000): 1-19.

Kalyvas, Andreas. 'Hegemonic sovereignty: Carl Schmitt, Antonio Gramsci and the constituent prince'. *Journal of Political Ideologies*, 5:3 (2000): 343-76.

Kamenev, Lev. 'Preface to Machiavelli', *New Left Review* I/15 (1962): 39-42.

Krätke, Michael. 'Antonio Gramsci's Contribution to a Critical Economics'. *Historical Materialism* 19:3 (2011): 63-105.

Lahtinen, Mikko. *Politics and Philosophy. Niccolò Machiavelli and Louis Althusser's Aleatory Materialism*. Leiden: Brill, 2009 [1997].

Lefort, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1986 [1972].

Lenin, Vladimir. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1964.

Lisa, Athos. *Memorie: In carcere con Gramsci*. Milan: Feltrinelli, 1973.

Machiavelli, Niccolò. *The Prince*. Translated by George Bull. London: Penguin, 1961 [1513].

- Mommsen, Wolfgang J. *The Political and Social Theory of Max Weber*. London: Polity Press, 1989.
- Morfino, Vittorio. *Spinoza e il non contemporaneo*. Verona: Ombre corte, 2009.
- Mussolini, Benito. 'Preludio al Machiavelli'. In *Scritti Politici*. Edited by Enzo Santarelli. Milan: Feltrinelli, 1979 [1924].
- Negri, Antonio. *Insurgencies: Constituent Power and the Modern State*. Translated by Maurizia Boscagli. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- Paggi, Leonardo. 'Machiavelli e Gramsci', *Studi Storici*, 10:4 (1969): 833-76.
- Paggi, Leonardo. *Antonio Gramsci e il moderno principe*. Rome: Editori Riuniti, 1970.
- Paggi, Leonardo. *Le strategie del potere in Gramsci. Tra fascismo e socialismo in un solo paese, 1923-1926*. Rome: Editori Riuniti, 1984.
- Rosengarten, Frank. 'Gramsci's "Little Discovery": Gramsci's Interpretation of Canto X of Dante's *Inferno*'. *Boundary 2*, 14:3 (1986): 71-90.
- Rossi, Angelo and Giuseppe Vacca. *Gramsci tra Mussolini e Stalin*. Rome: Fazi, 2007.
- Russo, Luigi. *Prolegomeni a Machiavelli*. Firenze: Le Monnier, 1931.
- Sartorello, Luca. *Machiavelli nella storiografia post-risorgimentale. Tra metodo storico e usi politici*. Padua: CLEUP, 2009.
- Sassoon, Anne Showstack. *Gramsci's Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- Thomas, Peter D. *The Gramscian Moment. Philosophy. Hegemony and Marxism*. Leiden: Brill, 2009.
- Vacca, Giuseppe. *Vita e pensieri di Antonio Gramsci 1926-1937*. Turin: Einaudi, 2012.
- Viroli, Maurizio. *Machiavelli's God*. Translated by Antony Shugaar. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- Viroli, Maurizio. *Redeeming The Prince. The Meaning of Machiavelli's Masterpiece*. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- Voza, Pasquale. 'Rivoluzione passiva'. *Le parole di Gramsci: per un lessico dei "Quaderni del carcere"*. Edited by Fabio Frosini and Guido Liguori. Rome: Carocci, 2004.

White, Jonathan and Lea Ypi. 'Rethinking the Modern Prince: Partisanship and the Democratic Ethos'. *Political Studies* 58 (2010): 809-28.